

ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA PRONATEC NAS PESSOAS/ PÚBLICO- ALVO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS

ANDRÉIA QUADROS ROSA¹; Dra. PATRICIA RODRIGUES CHAVES DA CUNHA²

Universidade Federal de Pelotas¹ – andreiariosapsicologa@yahoo.com.br¹
Universidade Federal de Pelotas² - patchavescunha@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), foi criado em 2011 pelo Governo Federal. É uma Política Pública que busca, por meio da formação de trabalhadores, intervir na questão do desemprego, de forma a ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de cursos de formação inicial e continuada (FIC).

A Constituição Federal de 1988 define que a gestão de políticas públicas se fundamenta no princípio de descentralização, municipalização e participação da sociedade civil em todo o processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural de um município. Para Arretche (2012) em um Estado Federativo, os governos (sub) nacionais têm, de fato, a prerrogativa de não aderir a programas federais que pretendem delegar-lhes competência, passando a ter autonomia para apresentar ações voltadas para a sua realidade com recursos locais e ou federal.

As políticas sociais de acordo com Montaño (2007), são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força. Surgem como “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora”.

Nesse sentido é recente na Política de Assistência Social brasileira a presença de um instrumento jurídico-normativo de base democrática e universal com o intuito de regularizá-la como política pública e direito social. Desconstruindo, assim, a condição de subalternidade que historicamente se constituiu como elemento regulador da prática da assistência social brasileira. De acordo com JACCOUD (2009), a consolidação do modelo de proteção social brasileiro que se tem hoje, é marcada por uma arquitetura complexa que combina políticas universais e focalizadas de programas contributivos e não contributivos, de benefícios monetários e serviços sociais que recentemente é responsável por importantes ofertas, que efetivamente impactaram na melhoria das condições de vida da população.

A política de inclusão produtiva no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria ergue-se sob a convicção de que a população brasileira pobre se insere de forma instável e precária no mundo do trabalho devido a não ter acesso à educação profissional. Nesse sentido, a formação do trabalhador seria uma chave para a superação da pobreza. Com base nesse público-alvo é que se estruturou a Política de Qualificação Profissional no município de Bagé. A focalização da política pública se justificou pelo fato das duas áreas, qualificação para o trabalho e assistência, se concentrarem na mesma pasta, estando situadas na área da política social, e apresentarem a possibilidade real e efetiva de trabalhar a intersetorialidade e empoderamento na inclusão

social e econômica daqueles/as que acessam os programas sociais e de transferência de renda.

Dessa forma, o Programa de qualificação profissional focaliza nos vulneráveis e mais pobres visando melhorar a condição de vida da população e reverter a exclusão social. No presente estudo pretende-se analisar o desenvolvimento da política pública (PRONATEC). O destaque se faz para observação da capacidade governamental municipal na implementação da política pública. Por implementação de acordo com Howlett, Ramesh e Perl (2013), se entende é que uma etapa constituída por planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar uma política. Envolve a elaboração de todos os planos, programas e projetos e o recrutamento e o treinamento dos que irão executar a política.

Destaca-se, ainda, o aspecto da intersetorialidade necessária para execução da política dado a dificuldade histórica do Estado brasileiro em agir de forma articulada. (PIANA, 2009) Junqueira e Inojosa (1997) defendem que a intersetorialidade pode ser compreendida como “A articulação de conhecimentos e experiências no planejamento, implementação e avaliação das ações para que sejam alcançados resultados integrados no enfrentamento de situações com alta complexidade”. (JUNQUEIRA; INOJOSA, 1997 apud JUNQUEIRA, 1998). Os autores ressaltam que a intersetorialidade teria como finalidade o desenvolvimento social.

2. METODOLOGIA

A metodologia será através da abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental. Sobre a análise documental, Richardson et al (1999, p. 230) diz que, ela consiste em uma série de operações que visam estudar documentos no intuito de compreender circunstâncias sociais e econômicas. Serão utilizados, também, dados secundários coletados junto aos órgãos gestores, secretaria de assistência social agência do SINE e órgãos ofertantes SENAC, SENAI, SENAT e IFSUL)

A pesquisa será realizada no município de Bagé-RS, localizado na Região Sul do Brasil trabalho, abrange o período de 2012 a 2016. A população do município é de 116.794 habitantes. Quanto aos níveis de pobreza do município, em termos proporcionais, 3,4% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (6,4% da população na extrema pobreza na área rural contra 2,7% na área urbana).

Acrescenta-se que o atual trabalho se insere dentro de um plano de pesquisa maior, recém-iniciado, cujo objetivo é avaliar o PRONATEC mediante critérios de eficiência, eficácia e efetividade no município de Bagé. Nesse sentido, optou-se por usar os conceitos dos (3 Es), por serem os três mais tradicionais na avaliação de políticas públicas, segundo autores como Carvalho (2001) e Harmon e Mayer (1999). Para Washington Souza (2008) a efetividade é percebida mediante a avaliação das transformações ocorridas a partir da ação; a eficácia resulta da relação entre metas alcançadas versus metas pretendidas, e a eficiência significa fazer mais com menos recursos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2011, o município reestruturou a política de qualificação profissional, trabalho e renda, a partir de dois eixos: a ampliação da oferta de qualificação profissional, com ações de intermediação de mão-de-obra, de apoio ao microcrédito e ao empreendedorismo; e a definição do público-alvo com foco nas pessoas em extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Com um percentual de 21,73% da população incluída nos programas de transferência de renda, a gestão municipal tomou a decisão de aderir ao Programa do governo federal e estabeleceu o desafio, de realizar ação de forma articulada, para impulsionar esse público a aumentar as possibilidades de inserção nas oportunidades de trabalho disponíveis; a elevar sua escolaridade; e a investir no desenvolvimento profissional.

A adesão ao PRONATEC permitiu o estabelecimento de convênios cooperativos entre instituições públicas e públicas/privadas, pertencentes a níveis federais diferentes, formadas pelo Sistema S, e também pelo IFSUL, que contabilizou, de 2012 a 2016, 1.629 pessoas.

Esse programa exigiu das políticas a intersetorialidade da atuação governamental, sendo esta uma importante contribuição para atuação municipal. Essa intersetorialidade teve como atores a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social; o SINE (Sistema Nacional de Emprego-Bagé/RS); a Comissão Municipal do Emprego (composta por representantes dos mais diversos sindicatos e associações); a Secretaria Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Social; o Sistema S (SENAC, SENAI, SEST/SENAT; e o IFSUL.

O atendimento da população precisou articular três eixos o desejo do usuário, em relação à qualificação na sua área de preferência, as concepções da comissão municipal do emprego, com vistas a qualificar áreas de acordo com as demandas de vagas do mercado, e o prognóstico de futuros empreendimentos na região.

4. CONCLUSÕES

O desafio da inserção no mercado de trabalho existe e certamente demanda mais ações do poder público, além das direcionadas à qualificação profissional. Nesse sentido, a eficiência e a eficácia na atuação do Estado tornam-se uma demanda e uma pressão sobre os governos brasileiros. A intersetorialidade entre os programas e os setores responsáveis pela implementação da política pública em Bagé, mostrou-se fundamental para a estruturação de uma via sistemática na condução do indivíduo de baixa renda ao mercado de trabalho. Trata-se assim de um processo, com diferentes etapas sequenciais, que em conjunto geram o resultado da inserção qualificada. Bagé deu passos importantes nessa direção ao aderir a uma Política Pública que tem a intenção de mobilizar esforços entre União, estados e municípios.

Nesse sentido, é salutar atentar para os contextos locais, compreendendo que são decisivos para que determinada ação pública obtenha êxito ou fracasso em sua implementação. Assim, reafirma-se o caráter democrático das avaliações, considerando-se especialmente a efetividade das políticas públicas, dado que a sociedade, que financia as ações públicas, necessita controlar o destino dos recursos que lhe são tomados. Esse sentido democrático fortalece-se à medida que os movimentos

sociais fazem suas demandas, participam da definição de rumos das políticas e exercem o controle social das ações públicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: FGV; Editora Fiocruz, 2012.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. 2004 http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf. Acesso em 4 de out.17
- CARVALHO, M. C. B. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, C. M. Gestão de projetos sociais. 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2001.
- HARMON, M. M.; MAYER, R. T. Teoria de la Organización para la Administración Pública. México: Fondo de Cultura Económica, 1999
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M. PERL, Anthony. Política pública, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.
- JUNQUEIRA, L.A.P; INOJOSA, R.M. Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária. São Paulo: FUNDAP, 1997.
- MONTAÑO, Carlos Eduardo. A Natureza do Serviço Social. Cortez, São Paulo, 2007.
- PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Acesso 05/12/2017. Disponível: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SOUZA, W. J. Responsabilidade social corporativa e Terceiro Setor. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2008.